

**ATA**

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**VOTO DE PESAR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade: **VOTO DE PESAR** – “Todos os portugueses e as instituições civis e do Estado, no poder central e local, têm acompanhado, desde o passado sábado, dia 17 do corrente mês de junho, com dor e pesar a tragédia que vitimou o centro do país com violentos incêndios onde, até ao momento, sessenta e quatro pessoas perderam a vida e mais de duzentas ficaram feridas. Em nome de todos os vimaranenses, profundamente solidários com os que sofreram diretamente a violência do fogo, o Município de Guimarães manifesta a mais profunda solidariedade às populações e autoridades dos municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos

Vinhos, e Góis, disponibilizando também ajuda e apoio. A presença no palco dos fogos dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e das Caldas das Taipas, que se louva, foi já um exemplo da participação de Guimarães, na corrente solidária nacional que está a ser construída. Na primeira reunião do executivo municipal, após o início da tragédia, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto que expresse o nosso sentimento de pesar e a nossa disponibilidade para partilhar a solidariedade que o país terá de construir para com os municípios e populações atingidas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador José Torcato Ribeiro - a) - Disse que na última sessão da Assembleia da União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião foi referido que a Câmara Municipal de Guimarães não tem comparecido às reuniões da comissão criada para aferir da dominialidade do Largo de S. Francisco, pelo que perguntou se haveria alguma estratégia definida relativamente a esta matéria; **b)** – Referiu a requalificação de parte da Rua de Vila Verde até ao edifício do Cybercentro, sendo que o restante percurso da via contempla, ainda, um piso irregular, não tendo tido o mesmo tratamento. Assim, disse estarem criadas as condições para que se concretize a requalificação do trajeto completo daquela via; **c)** – Referiu uma queixa de um utilizador dos Transportes Urbanos de Guimarães de que no passado dia 3 de junho os autocarros não passaram na Rua de Santo António no período compreendido entre as 10:00h e as 12:00h, não tendo havido aviso prévio, o que considera ser uma situação que deve ser evitada; **d)** – Disse que o arranjo da Rua do Emigrante é uma reivindicação de há muito tempo dos moradores que, entretanto, fizeram chegar ao Presidente da Junta de Freguesia de Azurém um



abaixo-assinado solicitando o início das obras. Continuou, dizendo não ser correta a resposta que por ofício daquela autarquia foi dada aos moradores, constante do segundo parágrafo daquele ofício, que a seguir se transcreve: *“Em primeiro lugar mostrar o nosso desagrado pelo meio usado para tratar um assunto tão delicado e que é do interesse de todos. Clarificar que não nos movemos por posições, petições ou abaixo-assinados.”* -----

2 - Presidente da Câmara – a) – Sobre o Largo de S. Francisco disse ter sido elaborado um documento que permitiria chegar a um acordo com a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco para, de certa forma, obviar a demora necessária na constituição de uma Comissão. Contudo, acrescentou que esse acordo colide com aspetos jurídicos inultrapassáveis pois o entendimento, quer dos técnicos camarários, quer dos agentes políticos, considerando todos os elementos disponíveis, é que o espaço é público. Assim, disse estar a ser feita uma avaliação jurídica do referido documento com propostas de alteração do mesmo, pelo que, em caso de acordo, o problema fica resolvido, mantendo-se a celeridade no processo de constituição da Comissão anteriormente referida, por respeito à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, caso não se verifique o referido acordo; **b)** – Disse que o projeto da obra da rua de Vila Verde encontra-se concluído, estando os serviços do Departamento de Obras Municipais a elaborar o respetivo concurso; **c)** - Sobre os transportes públicos disse que passaria a palavra ao Vereador Amadeu Portilha; **d)** – Sobre a resposta da Junta de Freguesia de Azurém ao abaixo-assinado apresentado pelos moradores da Rua do Emigrante disse não querer tecer considerações, informando ter reunido com o autarca de Azurém, tendo ficado acertada a execução da obra em causa. -

3 - Vereador Amadeu Portilha – Sobre os Transportes Urbanos de Guimarães confirmou o sucedido, esclarecendo que tinha ocorrido uma falha de comunicação nos serviços o que fez com que o edital não tivesse sido publicitado no devido tempo. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

1 – De terem sido apresentadas 33 propostas no âmbito do Concurso de Ideias para o Território de Guimarães, que se encontram disponíveis no *site* do Município, para consulta; -----

2 – Da conclusão do Estudo preliminar sobre o estacionamento automóvel na área urbana central de Guimarães, que se encontra, igualmente, disponível no *site* oficial do Município, podendo ser requerido em suporte papel pelos Senhores Vereadores. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Da listagem dos contratos de aquisição de serviços celebrados no decorrer do passado mês de maio, nos termos do disposto do n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º da Lei do Orçamento de Estado de 2017, aprovada pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 23.º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães do ano 2017, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

3. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de junho de 2017, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada designada por "**Requalificação da Rua Domingos Torcato Ribeiro e Praceta Lions Internacional - Costa**", de



acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DEP (Divisão de Estudos e Projetos). Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art.º 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 9 de junho de 2017 até às 17:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida." A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2017. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Adelina Paula Pinto e Ricardo

Araújo não participaram na discussão e na votação da proposta, uma vez que não estiveram presentes na reunião. -----

CÂMARA - 24 DE JUNHO - DIA UM DE PORTUGAL - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS HONORÍFICAS

Presente a seguinte proposta: "Na observância do Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais aprovado em 2014 pelos Órgãos do Município, designadamente dos seus art.ºs 5º e 6º, proponho, no âmbito das Comemorações do 24 de Junho dia Um de Portugal do corrente ano, a atribuição de condecorações às seguintes personalidades, conforme fundamentação constante de anexo à presente proposta: **Medalha de Mérito Municipal** - - António Augusto Gama Brandão – Mérito Social; - António "Tony" Miranda – Mérito Artístico; - Domingos Alexandre Martins da Costa "Alex" – Mérito Desportivo; - José Alves Silva Guimarães – Mérito Social; - José Fernando Alves Pinto – Mérito Social; - Pedro Miguel da Silva Mendes – Mérito Desportivo; - Salvador Maria Salgado da Silva - Mérito Artístico. **Medalha Municipal de Serviços Distintos** - - Bento Rodrigues Marques; - Rafael Amâncio Coelho da Silva." A referida fundamentação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR ANTÓNIO AUGUSTO GAMA BRANDÃO COM A MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR ANTÓNIO "TONY" MIRANDA COM A MEDALHA DE MÉRITO ARTÍSTICO MUNICIPAL. -----

DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE CONDECORAR DOMINGOS ALEXANDRE MARTINS DA COSTA "ALEX" COM A MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO MUNICIPAL. -----



**DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE
CONDECORAR JOSÉ ALVES SILVA GUIMARÃES COM A
MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----**

**DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE
CONDECORAR JOSÉ FERNANDO ALVES PINTO COM A
MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL MUNICIPAL. -----**

**DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE
CONDECORAR PEDRO MIGUEL DA SILVA MENDES COM A
MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO MUNICIPAL. -----**

**DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE
CONDECORAR SALVADOR MARIA SALGADO DA SILVA COM
A MEDALHA DE MÉRITO ARTÍSTICO MUNICIPAL. -----**

**DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE
CONDECORAR BENTO RODRIGUES MARQUES COM A
MEDALHA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DISTINTOS. -----**

**DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE
CONDECORAR RAFAEL AMÂNCIO COELHO DA SILVA COM A
MEDALHA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DISTINTOS. -----**

**OBRAS PÚBLICAS - ILUMINAÇÃO LED NA REDE DE IP –
ADJUDICAÇÃO** - Presente, para aprovação, o Relatório Final

respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada designada por “Iluminação LED na rede de IP” seja adjudicada ao concorrente “Consórcio IELAC – Instalações Eléctricas e Ar Condicionado, Lda./António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda.” pelo preço de €1.830.628,00 (um milhão, oitocentos e trinta mil, seiscentos e vinte e oito euros) + IVA, sendo o prazo de execução de 90 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos.” O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE CAMÕES – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO -

Presente, para aprovação, a minuta do contrato respeitante à empreitada designada por “Parque de Estacionamento de Camões”, adjudicada por deliberação de 25 de maio de 2017 à Sociedade **"HCI – CONSTRUÇÕES, SA"**, pelo preço de €5.431.695,29 + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, José Bastos, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e Ricardo Araújo. **O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ter participado na elaboração do projeto desta obra, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos da EB2,3 de Briteiros no dia 25 de maio, a Adaúfe - Braga. Considerando que se trata de uma visita de estudo “Dia Radical na Praia”, que será realizada pelos alunos da turma A do 9º ano e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, foi deferido o pedido por despacho de 23 de fevereiro de 2017. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12



de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado, bem como o pagamento ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE LONGOS – CAMPO DE JOGOS

– ATRIBUIÇÃO DE APOIO – Presente a seguinte proposta: “O Campo de Jogos de Longos encontra-se atualmente sem condições devido à danificação do telhado das instalações de apoio, nomeadamente balneários e salas administrativas, resultante das intempéries no passado inverno. Neste sentido, e dada as dificuldades do Clube Desportivo de Longos, a Junta de Freguesia propõe-se a realizar a respetiva obra de recuperação e beneficiação do telhado com uma participação da Câmara Municipal. Assim, propõe-se que o executivo camarário aprove um apoio no valor de €1.100,00 para a reparação do telhado do edifício de apoio ao campo de jogos.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE – CONSTRUÇÃO DE PASSEIO NA RUA

PADRE ANTÓNIO MATOS – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a construção de passeio na rua Padre António Matos, nomeadamente a cedência dos materiais necessários. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento no valor de €1.619,17

(Iva incluído) referente à aquisição dos materiais. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a freguesia, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio a conceder à Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €1.619,17, correspondente à despesa de aquisição dos materiais, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA – INSTALAÇÃO DE UMA BAIXADA ELÉTRICA DEFINITIVA NO ESPAÇO MULTIUSOS DE CONDE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Conde e Gandarela solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a instalação de uma baixada elétrica definitiva no espaço multiusos de Conde. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €8.653,88, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Conde e Gandarela, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €10.644,27, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do



Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE PENCELO - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Pencilo solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da obra de ampliação do Cemitério da freguesia, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €147.445,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à análise validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Pencilo, numa primeira fase, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €100.000,00, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS - FREGUESIA DE INFANTAS – CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA

RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se realizar trabalhos de construção de passeios e rede de drenagem de águas pluviais na rua Nossa Senhora de Fátima, tendo a Junta de Freguesia solicitado o apoio da Câmara Municipal, apresentando um orçamento no valor de €60.231,12, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo que a Assembleia Municipal, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal datada de 14 de abril de 2016 que aprovou a atribuição de uma verba no valor de €19.253,90, para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Infantas, de uma verba no valor de €44.591,09, destinada à obra acima identificada, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE FERMENTÕES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – PAVIMENTAÇÃO VÁRIOS ARRUAMENTOS –

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Fermentões



solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da obra de pavimentação de vários arruamentos, nomeadamente: rua João Paulo II, rua do Esquerdo, rua Padre João Fernandes Machado e da rua de Selho, bem como para o reperfilamento do muro junto ao Museu, apresentando para o efeito vários orçamentos no valor total de €59.999,01, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Fermentões, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €63.598,95, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE GONDAR - ALTERAÇÃO DA MENÇÃO DAS OBRAS NO MAPA DE REPARTIÇÃO DE APOIOS A CONCEDER ÀS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2017, NO QUE DIZ RESPEITO À FREGUESIA DE GONDAR – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 27 de abril, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Gondar, para a

execução das obras identificadas no mapa de repartição de apoios a conceder às Freguesias, anexo àquela deliberação, designadamente: Requalificação do Centro Cívico (Largo do Cruzeiro e zona envolvente da Urbanização da Igreja Matriz). O Presidente da Junta de Freguesia de Gondar solicitou a alteração da identificação da obra acima mencionada, pretendendo agora executar a obra de pavimentação da Urbanização/rua do Calvário, em substituição da Requalificação do Centro Cívico. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a alteração do mapa anexo à deliberação acima identificada, no que diz respeito à identificação das obras que se referem à Freguesia de Gondar, pelo que onde se lê "Requalificação do Centro Cívico (Largo do Cruzeiro e zona envolvente da Urbanização da Igreja Matriz)", deve ler-se "Pavimentação da Urbanização/rua do Calvário". **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E SANTA LEOCÁDIA – CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: "A Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a requalificação e adaptação do rés-do-chão do antigo edifício da sede da junta de freguesia, em Briteiros S. Salvador, para Casa Mortuária, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €94.625,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à análise e validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o



apoio à Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €95.000,00, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo." A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

URBANISMO - EMISSÃO DA CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA EFEITOS E ÂMBITO DO DECRETO-LEI 165/14 DE 05 NOVEMBRO - TÊXTEIS J. F. ALMEIDA, S.A - UNIÃO DE FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA – Presente,

em anexo, uma informação do Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento relativa ao pedido de emissão de certidão de interesse público para, no âmbito do decreto-lei 165/14, possibilitar "a regularização da estação de pré-tratamento de efluentes industriais", construída em terreno situado no lugar do Arco, União de Freguesias de Conde e Gandarela, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO - VENDA DE VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA, METAIS FERROSOS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO – HASTA PÚBLICA 1/2017 – Presente a seguinte informação dos serviços da Divisão de Património Municipal: "De

acordo com informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito e Espaço Público, e após conclusão de todo o processo administrativo legal por parte daqueles serviços, é solicitada a venda de 13 viaturas abandonadas na via pública destinadas a destruição e desmantelamento qualificado. É também proposta pela referida Divisão a alienação dos seguintes bens: 1. 8 veículos do Município que já não oferecem condições de operacionalidade, para desmantelamento qualificado em contrapartida à aquisição de veículos elétricos ao abrigo da candidatura ao Fundo Ambiental nos termos do previsto no Aviso nº 557-A/2017, de 11 de janeiro; 2. Metais ferrosos e alumínio. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública dos referidos bens, devendo o respetivo regulamento, cuja minuta se junta em anexo, ser submetido a aprovação da Câmara Municipal. À consideração superior.” O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - SUBLOCAÇÃO DE PAVILHÃO LOCALIZADO JUNTO AO AVEPARK - OFICINAS/LABORATÓRIOS PARA O IPCA – BARCO – 40/08/2017 – Presente a seguinte informação dos serviços da Divisão de Património Municipal: “Decorrente do protocolo de cooperação outorgado entre o Município de Guimarães e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - IPCA, em 8 de junho de 2015, procedeu-se à instalação de um polo de ensino do IPCA no Avepark, como é do conhecimento público. Considerando que: No ano letivo 2016/2017, registou-se um aumento significativo do número de cursos técnicos superiores profissionais oferecidos no polo do IPCA, sito no Avepark; Grande parte dos cursos ministrados no Polo de Guimarães são cursos



cuja componente prática deve decorrer em espaços que exigem oficinas/laboratórios para o seu adequado funcionamento, como por exemplo os cursos de Design de Moda e Design do Calçado; As atuais instalações afetas ao Polo do IPCA no Avepark são manifestamente insuficientes para a criação de oficinas/laboratórios, em face do aumento de cursos técnicos superiores profissionais; Nessa sequência, foram desenvolvidas diversas reuniões entre as partes, concluindo-se que um dos pavilhões sitos no Avepark, lote 46, que se encontra locado à empresa PLASTAIPAS – MANUEL DA COSTA RODRIGUES, LDA, reúne todas as condições necessárias para a instalação das oficinas/laboratórios pretendidos pelo IPCA. Solicitada a avaliação a um perito da lista oficial, relativamente ao valor de arrendamento daquele pavilhão, foi atribuído o valor de €1.400,00/mensais. A empresa PLASTAIPAS – MANUEL DA COSTA RODRIGUES, LDA concordou com ao valor definido no relatório de avaliação pela sublocação do pavilhão sito no lote 46, do Avepark, descrito na competente Conservatória sob o n.º 693/20070314 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Barco sob o artigo 1115º. **Assim, considerando que:** A atividade económica dominante no concelho de Guimarães é a do setor secundário, sendo que 70% das empresas representam a indústria têxtil, predominando ainda uma forte indústria metalúrgica, assim como as cutelarias, cujas marcas portuguesas mais conceituadas do setor estão sedeadas no concelho; O tecido empresarial necessita de pessoas altamente preparadas e qualificadas para a integração imediata no mundo do trabalho; Cerca de 50% da população estudantil frequenta cursos secundários profissionais. A necessidade de uma formação profissional permanente e a interação do ensino superior com o tecido empresarial, bem como

a prestação de serviços nas áreas científicas e tecnológicas à comunidade envolvente e, em especial, aos jovens, aos empresários, às empresas e aos seus trabalhadores; A importância para o desenvolvimento económico da região da formação ministrada pelo IPCA, nomeadamente no âmbito do novo tipo de formação superior criada pelo Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de Março, que veio introduzir uma oferta educativa de natureza profissional do Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida – cursos Técnicos Superiores Profissionais; A forte ligação do Município de Guimarães com o tecido empresarial da região da área de influência do IPCA e a missão que o IPCA tem enquanto instituição de ensino superior pública; Nos termos do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 7/2007, de 10 de setembro, o ensino superior politécnico deve concentrar-se especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente. De acordo com a cláusula 4ª do mencionado Protocolo de Cooperação, é da competência do Município assegurar os espaços e as instalações para o funcionamento do polo do IPCA no Avepark, bem como adaptar os espaços afetos ao polo do IPCA, de acordo com o programa operacional aprovado entre ambas as partes. Neste contexto, atendendo aos fundamentos acima expostos, pretende-se celebrar dois contratos a seguir descritos: Celebração de um **Contrato de Sublocação** – entre o Município e a PLASTAIPAS – MANUEL DA COSTA RODRIGUES, LDA, nos termos da minuta que se anexa, tendo a mesma sido validada pela Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A., ressalvando a importância para as seguintes condições: **Objeto:** sublocação do pavilhão sito no lote 46, do Avepark, descrito na competente Conservatória sob



o n.º 693/20070314 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Barco sob o artigo 1115º. **Fim:** instalação de oficinas/laboratórios de apoio aos cursos técnicos superiores do IPCA e para promoção de atividades de formação profissional; **Duração do contrato:** 3 anos, podendo ser renovável por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 120 dias antes do seu termo; **Valor da renda:** € 1.400,00/mensais; **Obras de adaptação:** as obras de adaptação necessárias à instalação do polo do IPCA ficam a cargo do Município; **Ocupação:** A PLASTAIPAS autoriza, desde já, a cedência, pelo Município, do local arrendado, no todo ou em parte, quer onerosa quer gratuitamente, quer temporária quer definitivamente, ao IPCA, para a instalação de oficinas/laboratórios de apoio aos cursos superiores do IPCA promoção de atividades de formação profissional; Celebração de um **Contrato de Cedência** – entre o Município e o IPCA, conforme minuta que se anexa, onde constam as seguintes cláusulas, entre outras: **Regime de utilização:** O IPCA utilizará o pavilhão identificado anteriormente para a instalação de oficinas/laboratórios de apoio aos cursos técnicos superiores do IPCA e para promoção de atividades de formação profissional, visando o aumento da competitividade empresarial, não lhe podendo ser dado outro fim, sem autorização do Município; **Duração do contrato:** 3 anos, podendo ser renovável por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 120 dias antes do seu termo; **Obras de conservação e manutenção:** Ficam a cargo do IPCA as obras de manutenção e conservação ordinária de parte do imóvel a ocupar, bem como as inerentes aos diversos equipamentos existentes e outras necessárias ao bom funcionamento do espaço,

não sendo permitido ao **IPCA** levar a efeito quaisquer obras no prédio cedido, sem o conhecimento e o consentimento prévio e expresso, por escrito, por parte do Município; **Despesas correntes**: Os encargos e despesas correntes inerentes ao fornecimento de bens ou serviços relativos ao imóvel cedido, tais como água, eletricidade, gás, telefone, rede de dados, limpeza e outros custos de funcionamento, bem como o seguro para o recheio do Edifício e outros que, por lei, sejam obrigatórios para o normal funcionamento do espaço são da responsabilidade do IPCA; **Prestação de Serviços**: Como contrapartida pela utilização do espaço indicado na cláusula primeira, o IPCA compromete-se a prestar serviços na área de projetos/Estudos/Assessoria/Formação, a solicitar pelo Município, nomeadamente estudos de viabilidade económico-financeira, candidaturas, formação, etc. O valor acumulado das prestações de serviços deverá corresponder ao montante total das rendas a pagar pelo Município, devido pelo período de ocupação do prédio em causa; Assim, submete-se o assunto à decisão superior, sendo que, em caso de concordância com o acima exposto, devem as minutas do **Contrato de Sublocação** a celebrar com a PLASTAIPAS e do **Contrato de Cedência**, a celebrar com o IPCA, serem submetidas a deliberação da Câmara Municipal. A presente despesa está cabimentada sob a proposta de cabimento n.º 3697/2017. À consideração superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – SERVIÇOS DE LIMPEZA – Presente a seguinte proposta: “De acordo com informação subscrita pela chefia da Divisão de Serviços Urbanos em 14/06/2017, continua a



verificar-se carência de recursos ao nível de assistentes operacionais naquele serviço, por exoneração, aposentação ou pela reafetação de profissionais da recolha de resíduos para outros serviços, na sequência de limitações no âmbito da Medicina do Trabalho, havendo necessidade de recrutamento de mais dois colaboradores nesta área. Estão previstos no Mapa de Pessoal para 2017 cinco novos postos de trabalho de assistente operacional para funções na área da limpeza, como necessidades temporárias, dado que, conforme se referia na proposta que conduziu à sua previsão em mapa, se encontra a ser elaborado estudo com o objetivo de proceder à delegação de competências neste âmbito nas Freguesias, havendo, até que o estudo seja concluído que acorrer às necessidades das equipas de limpeza. No âmbito do procedimento concursal aberto por aviso publicado em Diário da República em 23/06/2016, procedeu-se à contratação de dez assistentes operacionais. Tendo a lista unitária resultante daquele concurso sido homologada em 08/09/2016, e havendo mais candidatos aprovados, foi automaticamente constituída uma reserva de recrutamento interna, de acordo com o disposto no artigo 40.º, n.º 1 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, que se mantém válida pelo prazo de 18 meses contado da data da homologação. Dada a identidade de conteúdo funcional dos postos de trabalho em causa no processo de recrutamento e dos postos de trabalho agora previstos, **submete-se à aprovação da Câmara Municipal**, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, a **autorização de recrutamento de dois assistentes operacionais, em regime de contrato a termo resolutivo certo**, nos termos referidos. Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal e a

respetiva despesa tem cabimento orçamental (484/2017) e compromisso (735/2017).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO DE TÉCNICO SUPERIOR – ARQUITETO (DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO) – Presente a seguinte proposta:

“No mapa de Pessoal para 2017 encontra-se previsto um novo posto de trabalho na área da arquitetura, no âmbito do Desenvolvimento Económico, integrado no Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento, tendo os respetivos serviços evidenciado a necessidade de se proceder ao respetivo recrutamento. É salientada a necessidade de reforço do quadro de recursos humanos ao nível do desenvolvimento económico, acompanhamento e assertividade urbanística, colaboração e concertação com entidades tutelares envolvidas, centrado na arquitetura, pela transversalidade de saberes em termos urbanísticos, de projeto, de gestão, e de quadro legal, entre outros, e de uma linguagem disciplinar que se afigura habilitada a atingir os objetivos traçados, sem prejuízo de outros saberes complementares, tais como como a avaliação imobiliária ou a análise orçamental. Encontra-se previsto no Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2017 um posto de trabalho de Arquiteto, cuja fundamentação corresponde àquela necessidade, ao qual competirá, genericamente, analisar e elaborar pareceres urbanísticos sobre projetos que versam a instalação física de atividades económicas, proceder à análise de conformidade com a legislação em vigor e plano diretor municipal; mediação com entidades exteriores ao Município e emissão de pareceres complementares e articulação com o setor do planeamento na procura de soluções de localização e instalação de novas



atividades económicas e requalificação daquelas existentes e que apresentem situação deficitária (ao nível da qualificação urbanística e funcional). Torna-se, assim, necessário o recrutamento de um técnico superior para o Departamento de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento, a afetar à área do Desenvolvimento Económico, a quem competirá o desempenho de funções descritas, constituindo requisito de admissão, conforme definido no mapa de pessoal, a licenciatura ou Mestrado em Arquitetura. A necessidade de dotar os serviços deste recurso e a especialização que as funções exigem aconselha, atento o princípio da boa administração, nas suas vertentes de eficiência, economicidade e celeridade, que se realize desde já um procedimento concursal destinado a candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme permitido pelos n.ºs 4 e 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sem prejuízo da prioridade de eventuais candidatos com vínculo por tempo indeterminado. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP, a **autorização para recrutamento de um técnico superior, licenciado em Arquitetura**, bem como a autorização para que o **procedimento concursal a realizar se destine a candidatos com e sem vínculo de emprego público**. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e a respetiva despesa tem cabimento orçamental (484/2017) e compromisso (735/2017).”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO DE TÉCNICO SUPERIOR – ARQUITETO (ESTUDOS E PROJETOS) – Presente

a seguinte proposta: “No mapa de Pessoal para 2017 encontra-se

previsto um novo posto de trabalho na área da arquitetura, no âmbito do Departamento de Obras Municipais. Tem vindo a ser evidenciada e demonstrada a constante e crescente necessidade de resposta técnica da Divisão de Estudos e Projetos, no domínio da arquitetura, de modo a assegurar a realização de projetos de arquitetura, a gestão e coordenação de trabalhos pluridisciplinares, o processamento de informações e análise de projetos e pedidos diversos de modo a dar resposta às necessidades da estrutura municipal, com ênfase nas que contribuem de forma impactante na vida do dia-a-dia da cidade e concelho de Guimarães, abordando não só as intervenções no espaço exterior, mas também as solicitações para modernização e remodelação de edifícios pertencentes a sedes de junta de freguesia e/ou que se pretendam ver convertidas em espaços de natureza ou função diversa. Encontra-se previsto no Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2017 um posto de trabalho de Arquiteto integrado naquela unidade orgânica, ao qual competirá, genericamente, a conceção e projeção de conjuntos urbanos, espaços urbanos, edificações, obras públicas, prestando a devida assistência técnica e orientação no decurso da respetiva execução; desenvolvimento de projetos específicos de natureza efémera – adaptação de recintos a espetáculos, feiras, exposições; elaboração de informações relativas a processos na área da respetiva especialidade, incluindo o planeamento urbanístico, arquitetura de interior e *design* de espaços e ambientes controlados, bem como sobre a qualidade e adequação de projetos para licenciamento de obras de construção civil ou de outras operações urbanísticas; interpretação analítica de construções existentes com sentido crítico e equilíbrio sustentável, inserida em ambientes específicos de natureza histórica; desenho de



equipamentos e mobiliário e interpretação cénica dos espaços (iluminação e enquadramento); colaboração na organização de processos de candidatura a financiamentos comunitários, da administração central ou outros; colaboração na definição das propostas de estratégia, de metodologia e de desenvolvimento para as intervenções urbanísticas e arquitetónicas; coordenação e fiscalização na execução de obras. Torna-se, assim, necessário o recrutamento de um técnico superior, a quem competirá o desempenho de funções descritas, constituindo requisito de admissão, conforme definido no mapa de pessoal, a licenciatura ou o Mestrado em Arquitetura e Pós-Graduação em Design de Interiores. A necessidade de dotar os serviços deste recurso e a especialização que as funções exigem aconselha, atento o princípio da boa administração, nas suas vertentes de eficiência, economicidade e celeridade, que se realize desde já um procedimento concursal destinado a candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme permitido pelos n.ºs 4 e 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sem prejuízo da prioridade de eventuais candidatos com vínculo por tempo indeterminado. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP, a autorização para recrutamento de um técnico superior, licenciado ou com mestrado em Arquitetura e Pós-Graduação em Design de Interiores, bem como a autorização para que o procedimento concursal a realizar se destine a candidatos com e sem vínculo de emprego público. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e a respetiva despesa tem cabimento orçamental (484/2017) e compromisso (735/2017)."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR COM A TEMPO LIVRE FISCAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES, PARA A GESTÃO DA ACADEMIA DE GINÁSTICA DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta:

“I. ENQUADRAMENTO PRÉVIO: 1. A Tempo Livre Fiscal – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL (doravante **TEMPO LIVRE**), é uma Cooperativa de Interesse Público constituída no dia 22 de Janeiro de 1999, por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 21 de Março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro (adiante **DECRETO**); **2.** O **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** é seu cooperante, e exerce, sobre ela, uma influência dominante, entre outros indicadores, por ser detentora de 89,22 % dos títulos de capital, influência que sempre exercerá por força do disposto no n.º 4 do seu artigo 5.º, que dispõe que “nenhum membro admitido após a constituição da **TEMPO LIVRE** poderá subscrever títulos de capital cujo montante represente mais de vinte por cento do total de capital social”. **3.** Com a constituição da **TEMPO LIVRE**, de acordo com o seu objeto social, o **MUNICÍPIO** transferiu a sua responsabilidade sobre a gestão de equipamentos e prestação de serviços na área do desporto, atividade de interesse geral que a **TEMPO LIVRE** tem vindo a desenvolver com reconhecido mérito, em benefício do Concelho de Guimarães. **4.** O resultado de toda a atividade desenvolvida pela **TEMPO LIVRE**, quer através do fomento da atividade do desporto, quer através dos estímulos que imprime à prática do desporto e à promoção de alternativas saudáveis e



enriquecedoras para a ocupação dos tempos livre da comunidade em geral, e jovens em particular, traduz a manutenção do modelo de gestão de excelência a que tem vindo a habituar os vimaranenses, com expressão a nível nacional e europeu. **5.** Como é publicamente consabido, em breve será rececionada, pelo **MUNICÍPIO**, a obra resultado de um projeto ambicioso para a continuação da promoção da política desportiva de Guimarães. **6.** Projeto através do qual o **MUNICÍPIO** pretende manter o concelho no topo ao nível internacional, contemplando a prática das disciplinas de Ginástica Rítmica, Ginástica Artística e Ginástica Acrobática. **7.** A Academia de Ginástica de Guimarães que, pelas suas características particulares ambientais, integrará também a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia 2020, foi projetada para ser reconhecida como um espaço de referência para o acolhimento daquela prática desportiva. **8.** Tal como foi realçado em recente proposta para aprovação de contrato programa que se encontra ser executado, os processos de gestão rigorosos e equilibrados, implementados e mantidos pela **TEMPO LIVRE**, têm vindo a permitir rentabilizar os espaços de uma forma continuada, com melhorias na qualidade das instalações e dos serviços prestados, sempre em benefício último do **MUNICÍPIO**. **9.** Motivo que, a par dos resultados inferidos pelo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, que foi solicitado e que integra, como anexo integrante, o contrato programa que ora se submete a apreciação, concorre para a opção do **MUNICÍPIO** em incumbir à **TEMPO LIVRE** a gestão deste mais recente equipamento desportivo. **10.** Gestão essa que será prosseguida em condições que possibilitem a integração em redes de trabalho e parcerias ao nível regional, nacional e internacional, garantindo, por sua vez, uma maior flexibilização de gestão operacional,

atentas as características do projeto. **II. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** **11.** Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. **12.** Estando, portanto, a **TEMPO LIVRE**, sujeita à verificação legal do cumprimento dos rácios a que se refere o artigo 62.º, n.º 1 daquele regime jurídico, o que se confirma em relação a todas as alíneas nele plasmadas. **13.** Nesse sentido, o **MUNICÍPIO** solicitou um Estudo de Viabilidade Económica e Financeira que evidenciasse a viabilidade económica e financeira do espaço Academia de Ginástica de Guimarães, quer partindo do pressuposto de uma gestão feita pela organização interna humana do Município de Guimarães, quer partindo do pressuposto que da entrega da responsabilidade daquela gestão à **TEMPO LIVRE**. **14.** Que concluiu que os valores obtidos suportam a decisão de entregar a gestão do espaço à **TEMPO LIVRE**, em virtude dessa gestão permitir a obtenção de custos previstos por hora de utilização significativamente mais reduzidos, comparativamente aos custos que seriam obtidos no caso de o espaço ser gerido pela organização interna do Município de Guimarães. **15.** Assim como remata com uma análise positiva da posição da **TEMPO LIVRE** face ao definido no art.º 62 da Lei 50/2012, perante a possibilidade de esta assumir, para além da gestão dos espaços e



instalações que já realiza, a gestão das instalações da Academia de Ginástica de Guimarães. **16.** Pelo que, cumprindo todas as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da LAEL, e a constatação que o contrato programa que ora se submete a aprovação, não compromete a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no referido art.º 62.º, n.º 1. E considerando que: **17.** Todas as atividades promovidas pela **TEMPO LIVRE** são atividades de interesse geral na área do desporto, nos termos da **LAEL**, e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. **18.** O contrato-programa, doravante o **CONTRATO**, nos termos da **LAEL**, deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais, e é condição legal indispensável ao desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da **LAEL**.

III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO PARA A APROVAÇÃO DE UM CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO A TEMPO LIVRE FÍSICAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL: 1.

Assente nas razões enunciadas nos pontos anteriores, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da **LAEL**, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse

Público Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL, para a gestão da Academia de Ginástica de Guimarães; **2.** Simultaneamente, proponho a aprovação da minuta do respetivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da **LAEL**, titula a transferência da “Gestão da Academia de Ginástica”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do n.º 6 do artigo 25º do **LAEL**, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no n.º 5 do Artigo 47º da **LAEL**; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa, mais proponho: **3.** Aprovar que o produto proveniente daquela atividade constitui receita da Cooperativa de Interesse Público Tempo Livre Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL; **4.** Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, para a assunção de compromissos plurianuais de acordo com a seguinte repartição de encargos: 2017: €19.498,38 (4 meses); 2018: €19.498,37 (4 meses). Anexam-se: **informação financeira**, a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em



pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. **O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

AMBIENTE - PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA A CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS PARA A DEFESA E PROMOÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM GUIMARÃES – Presente a seguinte

proposta: “Indelelevelmente singular na relação entre o *natural* e o *humano*, e incontornavelmente resultado da conjugação entre um sistema natural fortemente disseminado pelo seu território e um sistema artificial que, ao longo do tempo, foi transformando e enriquecendo este mesmo território, Guimarães afirma-se uma realidade territorial em que a presença humana é indisfarçavelmente uma constante que acrescentou riqueza e inovação ao suporte físico da vida das pessoas (em consequência e condição da natureza e geografia que caracteriza este mesmo suporte físico a que damos o nome de território). Porque assim é, é convicção de que, nunca como hoje, faz tanto sentido falar de bioculturalidade no município de Guimarães: um território que se transforma fruto da interação de uma riqueza natural que se impõe ao território e uma produção cultural que enriquece este mesmo território, produzindo história que vai perdurando no tempo e nas pessoas. Sendo esta bioculturalidade reflexo de um


conjunto de fatores endógenos e exógenos ao próprio território, surge certeza inabalável que a riqueza e diversidade natural, que existe e persiste no território municipal, é razão maior da sua qualidade e desenvolvimento: qualidade porque acrescenta valorização e diferenciação de seres vivos, ecossistemas e complexos ecológicos únicos e singulares; desenvolvimento porque indutor de processo de adaptação humana que obriga a ações de acomodação no respeito pelas características intrínsecas da natureza. A globalidade do trabalho realizado nos últimos anos sobre o território vem demonstrando e confirmando que a biodiversidade é elemento diferenciador do município de Guimarães, constituindo uma mais valia de conforto e qualidade de vida para quem habita e usufrui o território. Como tal, e cada vez mais, emerge a necessidade de socorrer de ferramentas e figuras legais de planeamento e gestão do território que, em articulação com a política urbana municipal e suas opções estratégicas, possam assegurar: **1.** A proteção das áreas territoriais mais distintivas ao nível da biodiversidade, não só na preservação dos seus elementos naturais e identitários mais fortes como também regeneração de outros elementos que importa (re)valorizar e sistemas naturais que hoje, por razões diversas, se encontram em prejuízo; **2.** O acesso a apoios e fundos quer financeiros, quer técnicos e científicos que possibilitem focalizar nestas áreas investimento e estudos valorizadores da realidade natural em presença; **3.** A integração qualificada destas áreas em ações e intervenções territoriais que promovam a interação do ambiente natural com o usufruto público, induzindo um comportamento coerente e compatibilizado. Fruto deste mesmo trabalho realizado, identificam-se cinco áreas territoriais de forte e inquestionável valor e riqueza de biodiversidade e que, por razões



específicas, encerram uma conjugação e interseção com o processo urbano de Guimarães que não pode (nem deve) ser relegado para plano inferior ou desvalorizado. São essas áreas: **1. Monte da Penha**, unidade paisagística incontornável e fator determinante para a forma do crescimento da cidade ao longo do tempo. Tida como um grande “pulmão verde”, o Monte da Penha apresenta uma diversidade arbórea assinalável e uma conjugação de elementos naturais que importa favorecer, devolvendo (cada vez mais) ao mesmo monte a sua originalidade (espécies autóctones, controlo de espécies invasivas e intrusivas) e o seu usufruto público “ambientalmente qualificado”. A sua elevada importância tem merecido um forte empenhamento do Município de Guimarães no desenvolvimento de planos de combate às espécies invasoras que continuam a contribuir para a perda da biodiversidade, nomeadamente devido à falta de heterogeneidade e diversidade no mosaico florestal em alguns locais, predominando as monoculturas, levando por isso a uma fragmentação do habitat. Ainda assim, o Monte da Penha é, como atrás se descreve um importante ecossistema do concelho, com espécies arbóreas e arbustivas de grande relevância tais como – Arbóreas: *Abies pinsapo*, *Abies delavayi*, *Abies cephalonica*, *Populus alba*, *Prunus spinosa*, *Prunus domestica*, *Prunus cerasifera* var. *pissardi*, *Alnus glutinosa*, *Morus nigra*, *Cercis siliquastrum*, *Ailanthus altissima*, *Acer pseudoplatanus*, *Quercus robur*, *Quercus palustris*, *Q. coccinea*, *Q. rubra*, *Castanea sativa*, *Aesculus hippocastanum*, *Aesculus glabra*, *Cupressus lusitanica*, *Cupressus atlântica*, *Cedrus deodara*, *Prunus avium*, *Populus nigra*, *Populus x canadensis*, *Cupressus sempervirens*, *Chamaecyparis nootkatensis*, *Cryptomeria japonica* var. *japonica*, *Diospyrus kaki*, *Gleditsia triacanthos*, *Picea abies*, *Eucalyptus globulus* subsp. *Globulus*,

Fagus sylvatica, Ficus carica, Fraxinus angustifolia, Citrus sinensis, Citrus limon, Celtis australis, Malus sylvestris, Eriobotrya japonica, Ulmus procera, Juglans regia, Juglans nigra, Olea europaea subsp. Europaea, Phoenix canariensis, Pyrus communis, Pyrus pyraster, Pinus pinaster, Pinus sylvestris, Pseudotsuga menziesii, Pinus pinea, Platanus x acerifolia, Robinia pseudoacacia, Quercus suber, Taxus baccata cv. "fastigiata", *Tilia petiolaris, Tilia platyphyllos, Tilia cordata, Tilia tomentosa, Thuja plicata* cv. "Zebrina", *Ulmus procera, Betula celtiberica*; Arbustivas: *Corylus avellana, Prunus lusitanica* subsp. *Lusitanica, Ilex aquifolium, Crataegus monogyna* subsp. *Brevispina, Viburnum tinus* subsp. *Tinus, Photinia davidsoniae, Ruscus aculeatus, Pittosporum undulatum, Laurus nobilis, Prunus laurocerasus, Ficus pumila* var. *repens, Arbutus unedo, Crataegus laevigata, Sambucus nigra, Salix atrocinera, Frangula alnus, Rubus* sp. Também em termos de fauna, o Monte da Penha apresenta espécies de elevado interesse ecossistémico como são os casos de: *Aegithalos caudatus, Alectoris rufa, Anas platyrhynchos, Caprimulgus europaeus, Carduelis canabina, Carduelis chloris, Carduelis spinus, Certhia brachydactyla, Cyanistes caeruleus, Erithacus rubecula, Ficedula hypoleuca, Fringilla coelebs, Garrulus glandarius, Lullula arborea, Motacilla alba, Parus major, Periparus ater, Phoenicurus ochruros, Picus viridis, Regulus ignicapilla, Saxicola rubicola, Troglodytes troglodytes, Sitta europaea, Turdus merula, Turdus philomelos, Hericium erinaceus ou Sciurus vulgaris*. As intenções e os projetos em contínuo de valorização da Montanha da Penha, iniciado por toda a sua cadastração, com o intuito de promoção e valorização de uma floresta autóctone em todo seu esplendor, fazem desta área uma prioridade em termos de proteção como área natural. **2. Parque da cidade**, grande unidade natural e paisagística



resultado da artificialização do território pelo Homem e sua capacidade em fazer “bem” a este mesmo território. Conjuga arborização de grande porte (entre as quais se destaca pelo elevado valor ecológico o choupo-negro, o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o amieiro, o carvalho-roble (*Quercus robur*) com elementos hídricos (nomeadamente ribeira de Couros que tem sido alvo de especial atenção por parte do Município de Guimarães através da aposta em projetos científicos que monitorizem o seu estado ecológico e cuja presença juntamente com a vegetação existente, cria oportunidades para o estabelecimento de pequenas espécies de avifauna e flora) notáveis e apresenta uma apropriação humana que importa acompanhar e conduzir sempre na defesa de um usufruto público em respeito pelo meio natural. A sua localização, permite a promoção da biodiversidade em contexto urbano, sendo diversas as espécies de elevada relevância para os serviços ecossistémicos que podem ser observadas neste espaço. Como exemplo destaque-se a *Motacilla cinerea*, *Motacilla alba*, *Sylvia melanocephala*, *Saxicola torquata*,  *Erithacus rubecula*, *Serinus serinus*, *Phoenicurus ochruros*, *Columba palumbus*, *Streptopelia decaocto*, *Anthus pratensis*, *Picus viridis*, *Dendrocopus major*, *Carduelis chloris*, *Phylloscopus trochilus*, *Anser anser*, *Anas platyrhynchos*, *Erinaceus europaeus* entre muitas outras. **3. Veiga de Creixomil**, expressão da conjugação da presença da água, exploração agrícola, sistemas húmidos e construção humana e reflexo de um grande ligante urbano feito, sobretudo, por biodiversidade (e não por edificação). A monitorização do estado ecológico das linhas de água com presença na Veiga de Creixomil, tem permitido demonstrar a evolução positiva da mesma, o que tem resultado no reaparecimento de espécies indicadoras da boa qualidade da água,

como é o caso do *Alcedo atthis* (vulgarmente conhecido por guarda-rios), do *Lacerta schreiberi* (Lagarto de Água) e *Mustela vison* (Visão Americano). As características deste espaço verde, permite-lhe ser ainda um excelente local para observação de avifauna, nomeadamente de espécies como *Motacilla cinerea*, *Motacilla alba*, *Phoenicurus ochruros*, *Saxicola Torquata*, *Troglodytes troglodytes*, *Carduelis chloris*, *Fringilla coelebs*, *Serinus serinus*, *Certhia brachydactyla*, *Riparia riparia*, *Hirundo rustica*, *Parus major*, *Cyanistes caeruleus*, *Aegithalos caudatus*, *Linaria cannabina*, *Estrilda astrild*, *Gallinula chloropus*, *Ardea cinerea*, *Corvus corone*, *Buteo búteo*, *Sturnus unicolor*, *Upupa epops*, *Picus viridis*, *Garrulus glandarius*, *Athene noctua*, *Tyto alba*, *Strix aluco*. A riqueza verificada ao nível da flora existente, fazem também desta área, uma área importante ao nível dos serviços ecossistémicos. Algumas das espécies observadas são a *Alnus glutinosa*, *Platanus orientalis*, *Quercus robur*, *Populus alba* L., *Quercus suber* ou *Populus alba*. Por fim, a valorização da Veiga de Creixomil no futuro deverá ter sempre em conta a sua característica identitária de agroparque. **4. Parque de lazer das Taipas e Ponte**, parque que encerra uma relação natural com o rio Ave, única e precursora das compatibilização e qualificação do usufruto público com a biodiversidade em presença. De novo, a localização junto a uma linha de água determinante no concelho bem como a seleção de vegetação feita para o espaço no que concerne às espécies arbóreas e arbustivas com elevado valor ecológico potenciando a alimentação e nidificação de aves, bem como a regulação do microclima do local. Entre as espécies de flora de forte valor ecológico destacam-se: *Populus alba*, *Quercus róbur*, *Quercus suber*, *Acer campestre*, *Betula celtibérica*, *Alnus glutinosa* ou *Acer pseudoplatanus*. Além disso, o trabalho de



valorização e despoluição do Rio Ave, através do Plano de Ação para o efeito, em articulação e em parceria com todas as entidades diretamente ou indiretamente ligadas aos recursos hídricos, fazem com que o caminho de proteção destas áreas naturais seja cada vez mais necessário e evidente. **5. Monte Latito**, bem patrimonial e reflexo maior da bioculturalidade presente no território, alicerçando a construção simbólica e emblemática do castelo num espaço naturalmente artificializado de forte valor ambiental e paisagístico. Tem sido ainda reforçada, através de projetos científicos desenvolvidos para o efeito, a relação entre o património cultural e o natural, através da promoção da biodiversidade, como é aliás exemplo a Rota da Biodiversidade do Monte Latito (em conclusão) e que pretende sublinhar o elevado valor ecológico das espécies existentes, como são exemplo o *Aesculus hippocastanum*, *Betula celtiberica*, *Celtis australis*, *Corylus avellana*, *Camellia japónica*, *Crataegus monogyna*, *Cupressus sempervirens*, *Cercis siliquastrum*, *Castanea sativa*, *Lagerstroemia indica*, *Laurus nobilis*, *Ligustrum sinensis*, *Magnolia grandiflora*, *Nerium oleander*, *Populus nigra*, *Platanus orientalis*, *Pittosporum tobira*, *Quercus robur*, *Quercus suber*, *Robinia pseudoacacia*, *Sambucus nigra*, *Tilia platyphyllos* e *Olea europaea* L. *Citânia de Briteiros* – Com elevada importância a nível patrimonial, a *Citânia de Briteiros* é um dos locais com forte relação entre o património cultural vs património natural. Ao nível da flora, é possível identificar espécies com elevado valor ecológico como são exemplos: *Cytisus scoparius* (L.), *Genista florida* L., *Ulex europaeus*, *Quercus suber*, *Pinus pinaster* ou *Castanea sativa*. A nível de fauna, e para lá das espécies aquáticas passíveis de observação junto ao Rio Ave, podem ser observadas outras espécies, onde se inclui registos de observação de:

Cuculus canorus, Turdus merula, Galerida cristata, Streptopelia decaoto, Sus scrofa, Oryctolagus cuniculus ou Alectoris rufa. Sem prejuízo de outras realidades que possam constituir, também elas, de excelência ao nível da biodiversidade, estas áreas atrás identificadas afiguram-se de perceção inegável do seu valor natural e ambiental, de importância vital para o desenvolvimento do município que se deseja, cada vez mais, reflexo da integração do Homem na natureza e vice-versa. O presente documento surge no seguimento daqueles que são os objetivos definidos pela Comissão Europeia na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e que sublinha como um dos seus objetivos principais a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestre e o combate à perda da biodiversidade, através de estratégias que preservam e promovam áreas com importância ao nível dos serviços ecossistémicos. A identificação, preservação e promoção dessas zonas, através da diminuição do impacto das espécies exóticas e invasoras e de outras alterações que contribuem continuamente para a degradação de habitats, deve por isso merecer especial atenção para a preservação de espécies ameaçadas. A exploração excessiva de recursos naturais, alteração de habitats, introdução e propagação de espécies exóticas invasoras e as alterações climáticas são alguns dos principais motivos desta perda de biodiversidade. Estima-se que na Europa, cerca de um quarto das espécies selvagens estejam ameaçadas e em risco de extinção, encontrando-se muitos dos ecossistemas degradados ao ponto de já não serem capazes de prestar os seus valiosos serviços, o que representa prejuízos sociais, culturais e económicos avassaladores para a União Europeia e para todos os seus estados membros. Preocupada com o rumo da biodiversidade na Europa, em maio de 2011, a



Comissão Europeia adotou uma nova estratégia que estabelece o quadro de ação da UE para os próximos dez anos com vista a atingir o objetivo central para 2020 em matéria de biodiversidade, reforçada agora pela presente Agenda 2030. As atuais preocupações vertidas neste documento estão aliás identificadas no mais recente programa de promoção e preservação da biodiversidade do concelho (P2GREeN), eleito como uma Boa Prática no programa europeu URBACT. Desta forma, está igualmente o Município de Guimarães a dar um primeiro passo no cumprimento da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade que entrou recentemente em discussão e que coloca o país perante um compromisso mais exigente do que as metas internacionais de curto prazo, que propõem o estancar da extinção de espécies vulneráveis e da degradação dos habitats, e ambiciona conseguir, até 2025, “uma recuperação e valorização do património natural”. Assim sendo, e no reconhecimento da importância da proteção, conhecimento, valorização e integração destas áreas num território, sempre, biocultural, a Câmara Municipal de Guimarães entende reconhecer (e dar visibilidade a esse reconhecimento) a importância maior da biodiversidade no território vimaranense com correspondência imediata na assunção da necessidade e opção da valorização dos locais acima identificados como espaços territoriais de forte valor natural e ambiental, ou seja, ricos em biodiversidade, e no compromisso de iniciar um trabalho de caracterização, diagnóstico e conhecimento destes mesmos locais tendentes à adoção das medidas mais adequadas ao fim identificado, nomeadamente, respetiva classificação (dentro do quadro legal aplicável) como “áreas protegidas” (no sentido da tradução da respetiva proteção dos bens naturais em presença e respetiva valorização no usufruto

público). Para tal, a Câmara Municipal de Guimarães fixa como etapas de trabalho a desenvolver: 1. Constituição de equipa de trabalho multidisciplinar tendente à delimitação, caracterização e conhecimento das áreas acima identificadas; 2. Avaliação da correspondência da valia destas áreas com a legislação e figuras aplicáveis ao nível da classificação como "áreas protegidas"; 3. Elaboração de proposta de classificação e seus documentos de suporte; 4. Elaboração de plano de ação para a proteção e valorização destas mesmas áreas; 5. Promoção de apresentação pública do trabalho realizado; 6. Submissão aos Órgãos competentes a classificação das áreas territoriais em causa; 7. Eventual classificação das mesmas áreas e publicitação nos instrumentos legais aplicáveis para a sua real e legal eficácia: Em síntese conclusiva, a Câmara Municipal de Guimarães reafirma a importância da biodiversidade para o território vimaranense, o seu reconhecimento da importância desta mesma biodiversidade na construção de um território cada vez mais biocultural, onde a integração e a interação da natureza e do Homem é inata à própria razão de existir e o seu compromisso de perseguir um trabalho tendente à real proteção, classificação e valorização destas áreas como "áreas protegidas" de forte e inquestionável biodiversidade. Desta forma, propõe-se a aprovação desta proposta pelo executivo camarário, dando-se igual conhecimento à Assembleia Municipal. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES

– PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "O Agrupamento de Escolas Santos Simões solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos às Jornadas da



Linga Portuguesa contra o cancro a uma visita de voluntariado, no dia 30 de junho ao Porto. Considerando que, se trata de uma ação solidária proposta por Jovens Promotores de Saúde pertencentes ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, estando estes a desenvolver um trabalho em parceria com a Liga Portuguesa contra o Cancro, tendo como objetivo a representação do agrupamento nas Jornadas de LPCC e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa por despacho datado de 30 de maio de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o trabalho extraordinário e ajudas de custo ao motorista.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DO MINHO - VERÃO NO CAMPUS 2017 – Presente a seguinte proposta: “O Programa

Verão no Campus foi desenvolvido pela Universidade do Minho com o intuito primordial de promover a cultura, a ciência, a arte e as letras junto dos mais jovens, a apoiar os estudantes que pretendem o ingresso no Ensino Superior, no processo de escolha de uma área profissional. A lógica subjacente ao programa intenta a experimentação e exploração de várias atividades relacionadas com as áreas temáticas das diferentes escolas que integram a Universidade do Minho, numa aproximação real e concreta com o trabalho a realizar em cada uma das áreas e das saídas profissionais, acompanhados integralmente por técnicos e grupos de estudantes neste processo experiencial. Visa ainda promover o contacto com a realidade do Ensino Superior e promover o estabelecimento de relações interpessoais entre os alunos participantes. Neste âmbito, e considerando que a participação

nestas atividades compreende um custo de inscrição de 45,00€ por aluno, e atentando ainda a que os alunos com maior carência económica se vêm frequentemente alheados deste tipo de oportunidades, pretende a Câmara Municipal de Guimarães apoiar a inscrição de dezoito alunos provenientes de cada uma das quatro escolas de ensino secundário do concelho, num total de quarenta, indicados pelos próprios estabelecimentos de ensino, no programa Verão no Campus, cuja frequência se veria coartada sem este apoio. De igual modo, contribuir-se-á para a sedimentação de um processo de escolha vocacional destes alunos. Assim, e ao abrigo da al. hh) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que atribui à Câmara Municipal a competência de *"deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes;"* propomos a atribuição de um subsídio no valor de 810,00€, isentos de IVA ao abrigo do artº 9º do código do CIVA, correspondentes ao pagamento de inscrição de dezoito alunos. Este valor integra já despesas com transporte, alimentação e seguros. Face ao exposto, solicita-se assim a dispensa do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 49º da Lei nº42/2016 de 28 de dezembro (LOE 2017), e do nº 1 do art.º 44.º da Lei nº 25/2017 de 3 de março, na versão retificada pela Declaração de Retificação nº 11/2017, de 7 de abril, uma vez que se trata de um apoio cuja participação decorre no final do ano letivo e se reveste de cariz essencial para assegurar condições de equidade destes alunos no envolvimento destes projetos." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - V CONGRESSO PORTUGUÊS DE ALIMENTAÇÃO E AUTARQUIAS – ACORDO DE COLABORAÇÃO – Presente a seguinte proposta: "A Faculdade de Ciências da Nutrição e



Alimentação da Universidade do Porto constitui uma Unidade Orgânica de Ensino e Investigação da Universidade do Porto com órgãos próprios de autogoverno e constitui-se como centro de ensino, investigação científica, inovação, desenvolvimento, cultura e de prestação de serviços à comunidade, nos termos do artigo 1.º dos Estatutos, publicados no DRE, II S, de 8 de janeiro de 2016. Por seu lado, o Município de Guimarães afigura-se como pessoa coletiva de direito público de população e território, que, através da Câmara Municipal, possui competências para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, nos termos do artigo 33.º n.º 1 al. u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. A ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A. foi criada a 15 de Setembro de 1998, como uma plataforma de cooperação entre os setores público e privado, em prol do desenvolvimento de um espaço regional. A ADRAVE está qualificada como ADR - Agência de Desenvolvimento Regional, de acordo com o Decreto-lei nº 88/99, de 19 de Março, que define o estatuto das agências de desenvolvimento regional (ADR). A Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e o Município de Guimarães pretendem organizar, em Guimarães, um Congresso destinado a debater o papel da Alimentação na Identidade e Competitividade das regiões e a apresentar as boas práticas no setor. Para este efeito pretendem, em conjunto com a ADRAVE, que se tem afirmado, como uma instituição de desenvolvimento regional que intervém nos domínios do desenvolvimento económico, da inovação e modernização organizacional, da valorização e requalificação do património, da promoção da cultura, da organização do turismo e

da qualificação dos recursos humanos e que possui uma equipa com competências técnicas multidisciplinares capaz de dinamizar e apoiar na implementação de projetos estruturantes para a região e projetos empresariais, promover uma parceria que permita a realização, nos próximos dias 27 e 28 de junho, do V Congresso Português de Alimentação e Autarquias. Para esse efeito propõe-se, ao abrigo da referida al. u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do acordo de colaboração que se anexa à presente proposta (**Anexo I**), onde são definidas as obrigações de cada uma das partes e identificada a respetiva comissão organizadora de todo o evento.” O referido acordo de colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL - ATIVIDADE “PASSEIOS À PRAIA/CAMPO” - MESES DE JUNHO E JULHO/17 – Presente a seguinte proposta: “No âmbito das atividades de Animação Social desenvolvidas pela Divisão de Ação Social, pretende-se promover a dirigidas a todas as crianças e jovens do concelho, em especial, às crianças e jovens das Instituições de Acolhimento Temporário e Lares de Jovens do concelho, de acordo com a tabela anexa. Para a realização da atividade solicita-se: - A reserva do autocarro para os meses de junho e julho de 2017, em dias úteis, conforme disponibilidade dos serviços da DTEP – Divisão de Trânsito e Espaço Público. Neste sentido, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como as ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO

**ALTO AVE – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A ACES ALTO AVE – Agrupamento Centros de Saúde Alto Ave solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de algumas senhoras, de forma a efetuarem a prevenção do cancro da mama, nos dias 1, 2, 12 e 13 de junho no Porto. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga contra o cancro e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa por despacho datado de 30 de maio de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ALTO AVE – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A ACES ALTO AVE – Agrupamento Centros de Saúde Alto Ave solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de algumas senhoras, de forma a efetuarem a prevenção do cancro da mama, nos dias 10, 17 e 24 de Julho, no Porto. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 13 de junho de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A Venerável Ordem Terceira de São Francisco solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos do Jardim de Infância de S. Francisco a uma visita de estudo ao Zoo de Santo Inácio, no dia 13 de julho de 2017. Considerando que se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico no âmbito da educação ambiental, nomeadamente na conservação da Biodiversidade, na valorização da vida animal e fomenta uma transformação progressiva nos valores, atitudes e comportamentos e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 2 de junho de 2017 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento das ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

AÇÃO SOCIAL - APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA UMA PESSOA CARENCIADA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – Presente a seguinte informação: “Foi

apresentada uma candidatura à DAS, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma jovem portadora de deficiência à Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência na EB1 da Oliveira do Castelo, alegando a situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujo resultado a seguir se apresenta: -----



Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
269688285/17	Figueiredo	7	Feminino	34,20	78%

Assim, propõe-se, ao abrigo do artigo 30º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte, de 26 de Junho a 25 de Julho de 2017 e de 5 a 15 de setembro de 2017, cujo valor se estima em €936,00 (novecentos e trinta e seis euros), para que possa deslocar-se da Rua de S. Paio, nº 516, Freguesia de Figueiredo, para a Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência na EB1 da Oliveira do Castelo, em Guimarães.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - APOIO CONVERTIDO EM FÉRIAS DESPORTIVAS PARA CRIANÇAS E JOVENS - 2017 – Presente

a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Ação Social: “Neste ano de 2017 foram identificadas 32 crianças provenientes de agregados familiares com uma situação económica vulnerável, sinalizadas no âmbito da nossa colaboração com algumas entidades e instituições do concelho, para as quais se propõe a ocupação com Férias Desportivas, que incluem, visitas de estudo, atividade física acompanhada e piscina. Face ao exposto, e podendo ser concedido a estas crianças e jovens um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio convertido em férias desportivas, cujo valor total, para um período de cinco dias

úteis, se estima em €1.170,00 (mil cento e setenta euros), pela rubrica 2.3.2.0901 – Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos, de modo a que aquelas crianças e jovens usufruam de uma ocupação desportiva durante esse período.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - FÉRIAS DESPORTIVAS PARA CRIANÇAS E JOVENS – 2017 - APOIO CONVERTIDO EM TRANSPORTE –

Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Ação Social: “Neste ano de 2017 foram identificadas 62 crianças provenientes de agregados familiares com uma situação económica vulnerável, sinalizadas no âmbito da nossa colaboração com algumas entidades e instituições do concelho. Mais se constatou que estes agregados familiares não têm capacidade para suportar as despesas de transporte para as deslocações inerentes ao desenvolvimento das atividades das Férias Desportivas que incluem, visitas de estudo, atividade física acompanhada e piscina, disso dependendo a sua efetiva participação. Face ao exposto, e podendo ser concedido a estas crianças e jovens um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio convertido em transporte, cujo valor total se estima em €2.600,00 (dois mil e seiscentos euros), IVA Incluído, pela rubrica 2.3.2.0901 – Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos, de modo a que aquelas crianças e jovens usufruam de uma ocupação desportiva durante esse período.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**AÇÃO SOCIAL - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE MATAMÁ - REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA RESIDÊNCIA PAROQUIAL PARA CENTRO PAROQUIAL E COMUNITÁRIO -**

Presente a seguinte proposta: "A Fábrica da Igreja Paroquial de Matamá solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a requalificação e adaptação do edifício da antiga residência paroquial para Centro Paroquial e Comunitário, salientando a necessidade de criar um espaço fechado destinado à realização de atividades da comunidade, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €322.867,18, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à análise e validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta a natureza social do equipamento em causa e o interesse e importância para aquela comunidade, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de Matamá, no valor de €198.563,32, para a obra acima identificada. O presente apoio é proposto, a título extraordinário, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho – DR 2ª série – Nº 136), bem como do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro." **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----**CULTURA – CASA DO POVO DE SERZEDELO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: "A Casa do Povo de Serzedelo solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das crianças do Jardim de Infância, a uma visita de estudo ao Museu Ferroviário, no dia 6 de junho a Lousado. Considerando

que, se trata de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 10 de junho de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - COLEGIADA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA - PROCISSÃO DO CORPO DE DEUS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Presente um ofício da Confraria do Santíssimo Sacramento da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira solicitando apoio da Autarquia para a Procissão do Corpo de Deus, realizada no passado dia 15 de junho. Atendendo às despesas avultadas que a Confraria terá que assumir, designadamente com a banda de música, proponho a atribuição, à Confraria do Santíssimo Sacramento da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de um subsídio de €850,00 destinado a comparticipar nas despesas de realização da Procissão do Corpo de Deus.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS (ADCL) XXIII FEIRA DA TERRA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal apoia habitualmente a organização da Feira da Terra através da atribuição anual de um conjunto de apoios financeiros e logísticos. Diferentemente de anos mais recentes, no corrente ano a Câmara Municipal não teve condições para manter o apoio que se traduzia na cedência de eletricitas que asseguravam a montagem das diversas instalações



elétricas indispensáveis à realização do evento, uma vez que o Departamento de Obras Municipais manifestou a sua incapacidade para assegurar tal apoio, em função do plano de trabalhos previamente definido para os referidos eletricitas. Por sua vez, a ADCL manifesta a sua incapacidade para, por si só, assegurar as despesas necessárias à contratação de tais serviços, orçamentado pelo referido Departamento em €1.963,08, pelo que solicita um apoio financeiro que a viabilize. Deste modo, atendendo ao interesse público de que se reveste a realização da Feira da Terra e à compreensível dificuldade da sua organização em custear um serviço que habitualmente era assegurado no quadro dos apoios logísticos atribuídos pelo Município, proponho a atribuição, à Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, de um subsídio de €1.963,08, destinado a comparticipar nos custos relacionados com a instalação elétrica da XXIII edição da Feira da Terra, a realizar no corrente ano de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GDTP – GRUPO DESPORTIVO DE TRANSPLANTADOS DE PORTUGAL - MUNDIAIS DE MADRID – ATRIBUIÇÃO DE APOIO – Presente a seguinte proposta: “Pela 1.^a vez, um atleta de Guimarães, Francisco Oliveira, foi selecionado para representar Portugal nos jogos Mundiais para Transplantados, que se irão realizar em Málaga, Espanha, entre os dias 25 de junho e 2 de julho do presente ano. Francisco Oliveira integra o Grupo Desportivo de Transplantados de Portugal (GDTP), uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2003, reconhecida pelo instituto do Desporto e da Juventude como Associação Promotora do Desporto, sendo membro da Federação Internacional de Desporto para Transplantados (WTGF). O GDTP é uma organização nacional cuja missão visa contribuir para a

melhoria da qualidade de vida da sua população alvo, nomeadamente transplantados e candidatos a transplante, através da promoção de atividades desportivas com vista à melhoria da saúde, da autoestima, da autossuficiência e do bem-estar pessoal e interpessoal de todos os que se identificam com a causa do GDTP. Neste âmbito, a participação de Atletas Transplantados em Jogos Internacionais, insere-se no plano de atividades do GDTP, que tem vindo a ser nos últimos cada vez mais arrojado no número de atividades previstas, promovendo a prática de exercício físico na população transplantada. Nos últimos 13 anos de existência do GDTP, foram muitas as participações de Atletas nacionais que tiveram a oportunidade de representar as cores de Portugal nas competições europeias e mundiais da especialidade, como aconteceu no ano passado com os Jogos Europeus para Transplantados, realizados na Finlândia, com cinco atletas, que conquistaram 11 medalhas no ténis, natação e ténis de mesa. A participação do atleta vimaranense Francisco Oliveira na edição deste ano, não só representará um sonho antigo que há muito ele desejava alcançar, bem como reforçará a seleção de Portugal, que conta com doze atletas, nas modalidades de ciclismo, ténis, ténis de mesa, natação e voleibol. O GDTP é uma associação sem fins lucrativos, e só com o apoio financeiro de entidades públicas e privadas é que conseguirá levar a maior comitiva portuguesa de atletas transplantados a um Mundial, pelo que proponho a atribuição de um subsídio extraordinário, no valor de 500€, ao GDTP para apoio à integração do atleta Francisco Oliveira nessa comitiva.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

DESPORTO - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TREINADORES DE FUTEBOL - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A Associação Nacional dos



treinadores de futebol solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos participantes no *1.º Legal Symposium – "We Support Coaches"*, no dia 29 de maio realizado em Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação que visa garantir a participação dos intervenientes no evento *1.º Legal Symposium – "We Support Coaches"* e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 01 de junho de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o trabalho extraordinário e ajudas de custo ao motorista." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - RALLY DE PORTUGAL 2017 – ACORDO DE PARCERIA (TPNP, ER - TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL E MUNICÍPIOS) – Presente a seguinte proposta: "O

Rally de Portugal regressou à cidade de Guimarães no passado dia 18 de maio, onde decorreu a partida oficial, num evento desportivo que mobilizou milhares de adeptos, e que se assume hoje como um dos principais eventos desportivos realizados no nosso País. No ano passado, para a realização deste evento desportivo no norte do país, depois de vários anos no Algarve, foi assinado um protocolo com o TPNP, ER - Turismo do Porto e Norte de Portugal, para a sua realização, que envolveu todos os Municípios onde se realiza esta prova, daí resultando uma candidatura aos fundos comunitários. Nos termos da candidatura inicial, os Municípios assumiam uma contrapartida de 30%, mas conseguiu-se no final que a comparticipação fosse reduzida para 15%. Para este ano foi preparada uma candidatura ao programa

com um apoio previsto na ordem dos 85%, tendo sido solicitado às autarquias envolvidas que subscrevessem um acordo de parceria, onde o Município de Guimarães assume um apoio de 11.976,92 euros, que, pela presente proposta, se submete à Câmara Municipal para aprovação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - GRUFC (GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB) - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARO – Presente a seguinte proposta: “O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da equipa sénior, no dia 15 de junho a Moita da Anadia. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa na final do Campeonato Nacional da Segunda Divisão e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 10 de junho de 2017, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - CLUBE ACADÉMICO DE CASTELÕES – CONCLUSÃO DOS TRABALHOS NO PARQUE DESPORTIVO – Presente a seguinte proposta: “O Clube Académico de Castelões solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a conclusão das obras nas suas instalações desportivas, uma vez que se verificou a necessidade de demolir a totalidade dos bancos existentes e criar uma estrutura em betão para reconstruir a bancada, sendo que a Câmara Municipal já atribuiu um subsídio no valor de €29.300,00, no ano de 2016. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar



no local em causa, estimando um investimento total de €38.326,64, acrescido de IVA a taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse do equipamento para a comunidade em geral, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio extraordinário ao Clube Académico de Castelões, no valor total de €10.000,00. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DE BRITEIROS – SECÇÃO DE PETANCA – CONSERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE – Presente a seguinte

proposta: “O Centro Recreativo e Cultural de Briteiros, nomeadamente a Secção de Petanca, solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução de obras de conservação e requalificação do edifício da sua sede, tendo em conta o estado de degradação e as infiltrações existentes. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total de €14.865,60, acrescido de IVA a taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse do equipamento para a comunidade em geral, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio extraordinário ao Centro Recreativo e Cultural de Briteiros, no valor total de €18.284,69. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações

Desportivas de Guimarães. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO MOTO CLUBE DE GUIMARÃES – 22ª CONCENTRAÇÃO MOTOTURÍSTICA DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Há vinte e um anos que o Moto Clube de Guimarães vem organizando a sua concentração motard, que já percorreu diversos espaços do nosso concelho. Esta concentração movimenta mais de 5.000 motards que vem à nossa Cidade dos mais variados pontos do País, reunindo-se para o efeito durante os próximos dias 28 a 30 de julho. Já por diversas vezes o Moto Clube de Guimarães realizou várias ações solidárias com instituições da nossa Cidade, estando sempre prontos para ajudar os mais desfavorecidos. Assim, este ano pretendem realizar a sua Concentração no Multiusos de Guimarães, e demais espaços exteriores adjacentes, utilizando este espaço para a realização dos concertos de música e de apoio aos vários eventos que estarão inseridos no programa da concentração. Para este fim, proponho um apoio financeiro de 6.000 euros, acrescido do IVA à taxa em vigor, para pagamento da utilização do Multiusos de Guimarães, bem como o seguinte apoio logístico: cedência de material elétrico para iluminação de um espaço exterior e respetivos técnicos, 30 mesas para montagem de uma pequena feira de artesanato, colocação de ecopontos neste recinto, limpeza de todo o espaço utilizado e a colaboração da Polícia Municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE DONIM – REPARAÇÃO DAS PISCINAS – Presente a seguinte proposta. “O



Centro Social Paroquial de Donim solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a reparação das piscinas, de forma a garantir a segurança e ser possível dar início às atividades de tempos livres das crianças, no início do mês de julho, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €13.765,08, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta a natureza social do equipamento em causa e o interesse para a comunidade inerente, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio ao Centro Social Paroquial de Donim, no valor de €13.765,08, para a obra acima identificada. O presente apoio é proposto, a título extraordinário, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho – DR 2ª série – Nº 136), bem como do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - CONTRATO DE CONSÓRCIO – RENEW - RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR: DE INDÚSTRIA INTENSIVAMENTE CONSUMIDORA DE RECURSOS NATURAIS A SOLUÇÃO COMPETITIVA PARA A INCORPORAÇÃO DE RESÍDUOS EM GRANDE ESCALA – PARTICIPAÇÃO DA AUTARQUIA ENQUANTO PARCEIRA DO PROJETO – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da preparação de uma candidatura aos Projetos em Copromoção- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico do Programa Interface – PORTUGAL 2020, conforme aviso n.º 03/SI/2017, de 23 de fevereiro de 2017 em anexo (**doc. 1**), a Universidade do Minho, em conjunto com os

restantes copromotores, abordou a Câmara Municipal de Guimarães para participar como Parceiro no projeto RENEw. O projeto tem como acrónimo RENEw, intitulado “REsíduos Na construção para uma Economia circular: de indústria intensivamente consumidora de recursos naturais a solução competitiva para a incorporação de resíduos em grande escala”, desenvolver-se-á durante um período de 3 anos. O Promotor do projeto é a DST – Domingos da Silva Teixeira, e os copromotores são a Universidade do Minho (centros de investigação ISISE e CTAC), a UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e o CVR (Centro para a Revalorização de Resíduos). A Câmara Municipal de Guimarães participará enquanto parceiro. O objetivo principal do projeto RENEw é o de desenvolver betões estruturais e betões betuminosos para estruturas e pavimentos que desejavelmente serão 100% constituídos por resíduos. A participação da Câmara Municipal de Guimarães é importante para a concretização de dois protótipos demonstradores, que consistem em aplicações dos produtos a desenvolver no âmbito do projeto em condições reais de utilização. Sem prejuízo de se encontrarem, durante o decurso do projeto, outras aplicações ou localizações mais interessantes, o objetivo seria o de aplicar: um pavimento cimentício constituído por mais que 90% de resíduos na construção ou reparação de um troço de uma ciclovia; um pavimento betuminoso constituído por mais que 95% de resíduos na construção ou reparação de uma via rodoviária. A participação da Câmara Municipal de Guimarães no projeto RENEw como Parceiro não implicará custos ou investimentos para a autarquia, e o fabrico dos protótipos experimentais será suportado pelo projeto, dado o seu carácter experimental, disponibilizando os locais onde serão implementados os referidos protótipos (troços de



estradas e coclovias). O fabrico destes protótipos experimentais é essencial para demonstrar que é possível recorrer a tecnologias verdes, sem prejuízo da qualidade ou preço dos produtos envolvidos. Considerando o empenho relevante da autarquia nas questões da Sustentabilidade e da Economia Verde, sendo disso exemplo a sua candidatura a capital europeia verde, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo da al. t) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a sua participação neste consórcio, conforme minuta do contrato de consórcio que se junta em anexo como **doc. 2.** Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão Luís Mendes da Silva, que veio novamente trazer o problema existente com a falta de abastecimento de água e saneamento na sua habitação, em Serzedelo. -----

Em resposta, o Presidente da Câmara recordou que no âmbito do processo de construção constam declarações falsas que permitiram a construção da sua habitação, lembrando, também, que o Sr. Luís Mendes da Silva tinha perdido o processo em Tribunal. -----

PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----